

4.1 — Os requerimentos devem ser acompanhados dos seguintes documentos:

- Curriculum vitae* detalhado, datado e assinado, do qual conste as habilitações literárias e profissionais, a indicação do serviço a que pertence e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública;
- Declaração emitida pelo serviço de origem donde conste a categoria e o escalão e índice que detém, bem como a natureza do vínculo;
- Quaisquer outros documentos que o candidato entenda serem relevantes para a apreciação do seu mérito.

10 de Janeiro de 2006. — O Director-Adjunto, *Duarte Fonseca*.

**Despacho (extracto) n.º 1847/2006 (2.ª série).** — Por despacho de 25 de Outubro de 2005 do Ministro da Justiça:

Metre Margarida Evangelina Castillon Valadas — nomeada docente do Centro de Estudos Judiciários, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 80.º, 1 e 3 do artigo 81.º e 2 do artigo 83.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, com efeitos a partir de 15 de Setembro de 2005. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

**Rectificação n.º 88/2006.** — Por ter saído com inexactidão o despacho n.º 337/2006 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de Janeiro de 2006, rectifica-se que onde se lê «com efeitos a partir de 31 de Março de 2006» deve ler-se «com efeitos a partir de 11 de Fevereiro de 2006».

6 de Janeiro de 2006. — A Directora, *Anabela Miranda Rodrigues*.

### Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

**Despacho n.º 1848/2006 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 7 de Dezembro de 2005:

Licenciada Margarida Maria Boto Correia Semedo, chefe da Divisão de Administração de Recursos Humanos, em comissão de serviço, do quadro desta Direcção-Geral — nomeada, em regime de substituição, directora de serviços de Recursos Humanos do mesmo quadro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 1849/2006 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 5 de Janeiro de 2006:

Carla Alexandra Miranda da Silva, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Vila Verde — colocada na Conservatória do Registo Civil de Braga, por permuta com Maria Helena Gomes Rodrigues Lopes Castanheira.

Maria Helena Gomes Rodrigues Lopes Castanheira, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Civil de Braga — colocada na Conservatória do Registo Civil de Vila Verde, por permuta com Carla Alexandra Miranda da Silva.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

9 de Janeiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 1850/2006 (2.ª série).** — Por despacho do director-geral de 10 de Janeiro de 2006:

Eugénio Pereira Esteves, escriturário da Conservatória do Registo Predial de Espinho — nomeado para idêntico lugar da Conservatória do Registo Comercial do Porto (mantendo a mesma situação remuneratória), ficando exonerado das anteriores funções à data da aceitação do novo lugar. (Não carece de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Janeiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Despacho n.º 1851/2006 (2.ª série).** — Por despachos do director-geral de 9 de Janeiro de 2006:

Alexandra Isabel Madeira Correia Canhão Moreira, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Sousel — colocada na Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Fronteira, por permuta com Anabela Rosa Henriques Paiva Sarmento.

Anabela Rosa Henriques Paiva Sarmento, escriturária da Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Fronteira — colocada na Conservatória dos Registos Civil e Predial e Cartório Notarial de Sousel, por permuta com Alexandra Isabel Madeira Correia Canhão Moreira.

Pedro Luís de Jesus Alves Coimbra, escriturário da Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa — colocado no Arquivo Central do Porto, por permuta com Teresa Maria de Oliveira e Costa Maia. Teresa Maria de Oliveira e Costa Maia, escriturária do Arquivo Central do Porto — colocada na Conservatória dos Registos Centrais de Lisboa, por permuta com Pedro Luís de Jesus Alves Coimbra.

(Não carecem de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Janeiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

**Rectificação n.º 89/2006.** — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho n.º 337/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 5, de 6 de Janeiro de 2006, de novo se publica o referido despacho:

«Por despacho do director-geral de 14 de Novembro de 2005:

Licenciado Luís Miguel Viana Lemos Matos Santos, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro desta Direcção-Geral — nomeado, em regime de substituição, chefe da Divisão de Gestão de Recursos Humanos da Direcção de Serviços de Recursos Humanos do quadro desta Direcção-Geral. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)»

6 de Janeiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

### Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça

**Despacho n.º 1852/2006 (2.ª série).** — Nos termos dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, e do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 156/2001, de 11 de Maio, delego no director do Departamento de Administração Geral, licenciado Ernesto de Jesus Moreira, a competência para a prática dos actos abrangidos por este despacho e que seguidamente se enumeram:

- Justificar faltas;
- Autorizar o gozo, a alteração e a acumulação de férias após parecer favorável do respectivo dirigente;
- Assinar termos de aceitação na sequência de nomeações por mim efectuadas;
- Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública (ADSE), nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;
- Emitir certidões, declarações e notas biográficas;
- Assinar a correspondência ou expediente necessário à instrução de processos e à execução das decisões proferidas nos mesmos, no âmbito das atribuições do Departamento de Administração Geral;
- Autorizar, mediante adequada fundamentação, a condução de viaturas oficiais por funcionários ou agentes que não possuam a categoria de motorista.

Ficam por este meio ratificados todos os actos praticados pelo licenciado Ernesto de Jesus Moreira incluídos no âmbito da presente delegação de competências desde 1 de Julho de 2005.

28 de Dezembro de 2005. — O Presidente do Conselho Directivo, *António José Morais*.

## MINISTÉRIOS DA JUSTIÇA E DA SAÚDE

**Despacho conjunto n.º 72/2006.** — 1 — Tendo em conta que:

Cabe ao Ministério da Justiça, em articulação com o Ministério da Saúde, a elaboração da estratégia e a execução das medidas que visem a prevenção das doenças infecto-contagiosas em meio prisional, conforme o disposto na Lei n.º 171/99, de 18 de Setembro;